

# LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Flávia Brochetto Ramos<sup>1</sup>  
Patricia Marchesini<sup>2</sup>  
Cláudia Alquati Bisol<sup>3</sup>

**Resumo:** O lugar da leitura e da literatura na Educação Infantil é indicado em documentos normativos. Este artigo apresenta uma análise sobre como a leitura literária é tratada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma Escola de Educação Infantil. A análise foi realizada através de uma leitura exploratória para familiarização, buscando-se indicações acerca da leitura e educação infantil. Os resultados são apresentados contemplando inicialmente breve contextualização de cada documento, seguida de apresentação organizada por temas. Conclui-se que a leitura literária é tratada de modo incipiente na BNCC e no RCG, e não é contemplada no PPP da Escola em questão. Ressalta-se a necessidade de maior reconhecimento e orientação sobre o acesso da criança pequena ao universo simbólico da literatura por parte dos documentos oficiais.

**Palavras-chave:** Leitura; Literatura; Educação Infantil; Documentos Educacionais. Criança Pequena.

## READING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: AN ANALYSIS BASED ON OFFICIAL DOCUMENTS

**Abstract:** The place of reading and literature in Early Childhood Education is indicated in normative documents. This article presents an analysis of how literary reading is treated in the National Curricular Common Base (BNCC), in the Gaúcho Curriculum Reference (RCG) and in the Political-Pedagogical Project (PPP) of an Early Childhood Education School. The analysis was carried out through an exploratory reading for familiarization, seeking indications about reading and early childhood education. The results are presented, initially contemplating a brief contextualization of each document, followed by a presentation organized by themes. We come to the conclusion that literary reading is treated in an incipient way in the BNCC and RCG, and is not contemplated in the PPP of the school in question. We emphasize the need for greater recognition and guidance on the access of young children to the symbolic universe of literature by official documents.).

---

<sup>1</sup>Universidade de Caxias do Sul. (ramos.fb@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade de Caxias do Sul. (pmarchesini@ucs.br)

<sup>3</sup>Universidade de Caxias do Sul (cabisol@ucs.br)

**Keywords:** Reading; Literature; Early Childhood Education; Educational Documents.

## INTRODUÇÃO

Como a leitura é tratada em documentos legais direcionados à Educação Infantil - Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular Gaúcho e Projeto Político-Pedagógico (PPP) – é o questionamento que move este artigo. A leitura para bebês e crianças bem pequenas assume peculiaridades distintas daquela pensada para pessoas já alfabetizadas no código verbal. O ler, aqui, está relacionado à leitura de mundo, e o vocábulo leitura é usado para nomear ações diversificadas, como as realizadas a partir de filmes, de imagens, de jogos. Cada uma dessas modalidades carrega sua especificidade e demanda posturas adequadas ao objeto ao qual se está em interação.

A ação de ler inicia-se antes de a criança identificar o código escrito. Ela não precisa ser alfabetizada para interagir com livros. Em sentido amplo, o ato de ler não é uma prática que “[...] se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 2005, p. 11). O mundo exige leitura para ser entendido e ela ocorre com base no contexto onde estamos inseridos. Freire argumenta: “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2005, p. 11). O conceito de “leitura de mundo” abrange a compreensão do cotidiano e surge desde a mais tenra idade. Antes de aprender a ler palavras escritas, lemos nosso entorno. Para as crianças não alfabetizadas, as vivências tendem a ocorrer à margem da leitura das palavras.

A leitura envolve atitudes, gestos e habilidades provenientes do leitor, que acontecem no ato propriamente dito, antes e após a leitura. Trata-se de um caminho para promover a imaginação, as emoções e os sentimentos de modo significativo. A criança começa seu processo de aprender a ler antes de “*saber ler*”. Ao se referir à leitura para as não alfabetizadas, Ramos e Silva (2014) sugerem materialidades específicas para cada fase:

- a) 0-6 meses – são adequados livros moles/macios (por exemplo, de tecido) que possibilitem uma manipulação segura. Nesta fase é recomendável, do ponto de vista do conteúdo, a apresentação à criança de canções de embalar e de outras rimas infantis, que apelem à gestualidade (por exemplo, rimas de conhecimento de partes do corpo, do rosto etc.).

- b) 6-12 meses – introduzem-se os livros-jogo (por exemplo, com peças para encaixar), sendo aconselháveis os que apresentem imagens de objetos, animais, pessoas etc., de fácil reconhecimento por parte da criança.
- c) 1-2 anos – são apropriados livros com formatos e com registros visuais diversos (no estilo e na técnica das ilustrações), fomentando-se uma leitura de imagens.
- d) 2-3 anos – inicia-se a apresentação das primeiras narrativas sequenciadas, que devem ser lidas repetidamente, com pausas que possibilitem as questões e interpelações por parte da criança (esta deve ser motivada a expressar-se sobre o que houve ou sobre o que vê no livro). (RAMOS; SILVA, 2014, p. 155).

De acordo com as autoras, aos bebês de colo recomendam-se canções e cantigas, por envolver gestualidade e oportunizarem o reconhecimento das partes do corpo, principalmente o rosto do adulto. Já em torno dos 2 a 3 anos, as crianças têm capacidade de conversar e interferir na leitura. Conforme vão se desenvolvendo biologicamente, também ampliam a compreensão das narrativas e a participação no ato de ler junto com o mediador. A definição de faixa etária favorece a percepção da evolução dos sujeitos conforme incentivos e práticas.

O provimento da leitura literária para as crianças desde a primeiríssima infância vai além da ideia de alfabetização futura. Compreende-se que o

[...] livro-objeto [...] é feito para ser manipulado, consumido. Mais tarde, o olhar ganha primazia e a criança, através das páginas que vira, faz suas primeiras explorações em meio às imagens, discriminando-as de outro material que a elas se mistura, o texto. É a primeira abordagem da leitura pela criança. (BAJARD, 2001, p. 78).

A leitura, nessa fase, é gradual e acontece se lhes forem criadas oportunidades para explorarem o material, sem medo de danificá-lo. Há aprendizagens a serem realizadas ao compartilhar um livro entre criança e adulto: tecem-se laços, vivem-se leituras, cultivam-se semelhanças, analisam-se diferenças, inventam-se hipóteses, para que as janelas do mundo se abram. O livro, nessa perspectiva, passa a ser mobilizador da leitura, pois

[...] esse contato inicial, sensorial com o objeto promove na criança uma curiosidade para leitura, e que crianças que têm essa relação com os livros aprendem a ler antes daquelas que não foram expostas a materiais escritos. (SOUZA; GIROTTO, 2014, p. 36).



Para as autoras, esse objeto cultural favorece o incentivo de iniciar a ler palavras, pois o contato desde a mais tenra idade aguça a curiosidade da criança em relação à leitura.

## **LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM DOCUMENTOS OFICIAIS**

Como se observa no tópico anterior, a presença da leitura literária na vida de bebês e de crianças pequenas é uma necessidade. Assim, investiga-se como a leitura na primeira etapa da Educação Básica é tratada em documentos oficiais: Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular Gaúcho e Projeto Político-Pedagógico de uma Escola de Educação Infantil. A definição desses documentos ocorre pelo fato de cada um abranger a educação em uma instância: federal, estadual e municipal/local.

Este estudo tem como objetivo analisar como a leitura literária é tratada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e no Projeto Político-Pedagógico de uma Escola de Educação Infantil (PPP). Inicialmente, foi realizada leitura exploratória para familiarização do material e identificação de indicações acerca da leitura e educação infantil. Os resultados são apresentados de modo a contemplar uma breve contextualização de cada documento, sendo organizados do seguinte modo: para a BNCC, a análise foi realizada com base em busca de palavras-chave e apresentada de modo a contemplar os temas “leitura”, “manipulação de objetos de leitura” e “histórias”; para o RCG, a leitura exploratória permitiu organizar os resultados em três temas: “musicalização”, “histórias” e “manipulação de portadores de leitura”; para o PPP, seguiu-se a mesma estratégia utilizada para o RCG, porém a carência de dados permitiu apenas uma análise geral do documento.

## LEITURA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017, assume caráter normativo e norteador dos currículos dos sistemas e redes de ensino e das propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de Educação Básica no Brasil. O documento não dispõe sobre o currículo final, pois sua função é a orientação em seus diferentes níveis- é comparada a um farol que guia o ensino, em um caminho trilhado por secretarias estaduais e municipais, juntamente com as escolas. A BNCC impacta diretamente a elaboração de currículos, a formação continuada dos professores, os critérios para elaboração e seleção do material didático, além das práticas de avaliação e das ações de apoio pedagógico.

O documento é constituído por normas que orientam aprendizagens fundamentais que, ao longo das etapas da Educação Básica, são almeçadas para todos os educandos. A Base “[...] define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens essenciais* que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...]”. (BRASIL, 2017, p. 7, grifo do autor).

Com a BNCC, o País explicita direitos e objetivos de aprendizagem essenciais para todos os estudantes. O documento é uma construção histórica, com criação prevista no artigo 210 da Constituição Federal de 1988: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (BRASIL, 1988).

A elaboração e a implantação da BNCC também estão previstas no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reforçando a necessidade de orientações em âmbito nacional:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, n. p.)

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) traça metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, e a BNCC atende as estratégias das Metas 2 e 7. No que tange às competências a serem desenvolvidas na Educação Infantil, a BNCC, na parte intitulada “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, ressalta a importância do contato da criança com diferentes gêneros e portadores textuais, sugerindo a leitura como fonte de prazer e informação:

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. (BRASIL, 2017, p. 42).

A BNCC, ao citar a literatura, sugere que se parta da cultura da criança. Desde a mais tenra idade, ela começa a observar que em seu meio há muitos portadores de textos. A partir do que a criança demonstra querer conhecer, a literatura é aliada para ampliar o gosto pela fabulação e, ao mesmo tempo, promover a criatividade e a imaginação. Além disso, o educador é visto como mediador da leitura e, por meio da mediação, a criança constrói seus saberes.

Como citado anteriormente, após a leitura exploratória da BNCC, a fim de construir indicações a respeito da leitura, buscou-se no documento as palavras-chave: “leitura”, “manipulação de objetos de leitura” e “histórias.

O tema “leitura” comparece no campo de experiência *Escuta, fala, pensamento e imaginação*: “Desde cedo a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos [...]”. (BRASIL, 2017, p. 42). É abordado apenas o ato de a criança ouvir, não a manipulação de livro: “As experiências com a literatura infantil, propostas pelo

educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura [...]”. (BRASIL, 2017, p. 42).

Nessa perspectiva, ao trazer os objetivos de aprendizagem do campo de experiência *Escuta, fala, pensamento e imaginação* para os bebês (0 a 1 ano e 6 meses), destacam-se:

EI01EF02 - Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas. (BRASIL, 2017, p. 49);

EI01EF03 - Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas). (BRASIL, 2017, p. 49).

Os objetivos tratam de modo genérico de poemas e histórias sem indicar pontualmente a introdução das crianças no universo literário. Portanto, evidencia-se o papel do educador em oportunizar momentos de escuta, bem como a seleção de obras literárias para tais momentos. O documento também sugere, desde a mais tenra idade, movimentos adequados para manipular o objeto de leitura, e o adulto atua como referência para quem está na descoberta e na exploração do mundo. Nesse contexto, ao observar o mediador de leitura manipulando o objeto livro, os pequenos vão aprendendo gestos de leitura.

Já para as crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), a BNCC traz apenas um objetivo:

EI02EF03 - Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita) (BRASIL, 2017, p. 49).

A Base propõe diferenciação entre letras e imagens e a orientação sobre os gestos do ler. Ainda, considera atitudes de o adulto-leitor ensinar à criança movimentos corretos de leitura para que se torne leitor autônomo.

Em relação ao tema “história”, o campo de experiência *Escuta, fala, pensamento e imaginação* evidencia experiências nas quais as crianças podem falar e ouvir, “[...] pois é na escuta de histórias [...] que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social”. (BRASIL, 2017, p. 42). Desse modo, ao ouvir narrativas, esses sujeitos vão se constituindo como seres humanos, criando conceitos e significados. Além disso, a Base

(BRASIL, 2017, p. 42) aponta que o contato com histórias familiariza a criança com livros e sua forma correta de manipulação, oportuniza o contato com gêneros literários e impulsiona a diferenciação de desenhos e escritas.

Para os bebês, as histórias são mencionadas em três objetivos de aprendizagem e desenvolvimento:

EI01EF03 - Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas) (BRASIL, 2017, p. 49);

EI01EF04 - Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor (BRASIL, 2017, p. 49);

EI01EF05 - Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar (BRASIL, 2017, p. 49).

No que diz respeito à etapa das crianças bem pequenas, são cinco os objetivos que se referem às histórias:

EI02EF03: Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).

EI02EF04: Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.

EI02EF05: Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.

EI02EF05: Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.

EI02EF06: Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos

EI02EF08: Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).

EI01EF04 - Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor (BRASIL, 2017, p. 49);

Para as histórias, o documento indica que a criança reflita sobre os fatos, relatando ou formulando ideias acerca do que ouviu. Sugere o contato com diferentes gêneros textuais, para inseri-los na sua cultura, e que não somente o livro seja o principal acesso à leitura, mas outros objetos do cotidiano, como cartazes, revistas, jornais. Em se tratando da manipulação de objetos de leitura, a

BNCC explica que o contato com diferentes gêneros textuais - como contos, fábulas e poemas - propicia familiaridade e aprendizagem da forma de manipulação de livros. (BRASIL, 2017). Nesse ponto de vista, a Base expressa diferentes formas de manipulação para os bebês em dois objetivos de aprendizagem:

EI01EF07 - Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, *tablet* etc.) (BRASIL, 2017, p. 50);

EI01EF09 - Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita (BRASIL, 2017, p. 50).

Os objetivos complementam-se ao citar suportes de escrita. Manuseando livros e outros objetos de leitura, as crianças estabelecem relação com a escrita. Constata-se que eles defendem a leitura desde bebês, como forma de torná-los leitores. Aponta-se que as crianças têm direito à literatura, no seu presente, pelo seu conteúdo simbólico que favorece a constituição humana.

Para as crianças bem pequenas, apenas um objetivo de aprendizagem refere-se ao tema da “manipulação de objetos de leitura”:

EI02EF08 - Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.). (BRASIL, 2017, p. 50).

Ao apresentar os objetivos em momentos de leitura para a etapa creche, a BNCC rompe com o paradigma de que a Educação Infantil se limita ao cuidado e à vigilância das crianças enquanto os pais trabalham. Pelo contrário, é um espaço de aprendizagens múltiplas e de contato com diferentes manifestações culturais.

O documento, como já foi apontado, evidencia a presença de outros portadores de escrita além do livro, os quais podem favorecer a vivência da leitura. A concepção de leitura pautada pelo documento foca o “ouvir” para despertar o “gosto”, e não ler como uma atividade lúdica e favorável à constituição do humano. Cabe às outras instâncias que regem a educação nacional perceber essa lacuna e buscar estratégias de solução.

## LEITURA NO REFERENCIAL CURRICULAR GAÚCHO - ETAPA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular Gaúcho (RCG), elaborado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e implantado em 2019, foi construído em conformidade com princípios da Constituição Federal (1988), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (2010) e Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017). Quanto à sua definição, o RCG é “[...]balizador para construção dos currículos nas escolas de diferentes esferas no Estado do Rio Grande do Sul”. (RCG, 2018, p. 19). Assim como a BNCC, o documento estadual guia as instituições de ensino.

Respeitando a legislação federal, o Referencial Gaúcho orienta para “[...] os aspectos locais e regionais nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a valorização da diversidade cultural do território”. (RCG, 2018, p. 140). Quanto à regionalidade, o RCG explica que foi criado para construir currículo que atendesse às especificidades do Estado do Rio Grande do Sul, seguindo determinação da BNCC (BRASIL, 2017). Textualmente, expressa a vinculação à BNCC e às DCNEI:

O Referencial Curricular Gaúcho para a Educação Infantil deriva do documento nacional (BNCC), assim como está em diálogo e consonância com os conceitos, princípios e finalidades expressos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI, 2009). O propósito deste documento é oferecer subsídios para que as redes e as escolas reelaborem suas Propostas Curriculares, na busca da qualificação permanente de suas práticas educativas e no atendimento aos Direitos de aprendizagem comuns a todas as crianças do nosso Estado. Nesse sentido, o Referencial Curricular Gaúcho está alinhado ao disposto nos marcos legais: Constituição Federal (1998), LDB (1996), DCNEI (2009), Emenda Constitucional nº 59 (2009), Lei nº 12.796 (2013), Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), além de considerar a diversidade e a especificidade dos aspectos culturais, sociais e históricos do Estado do Rio Grande do Sul e que compõem a parte diversificada do currículo desse território (RCG, 2018, p. 52).

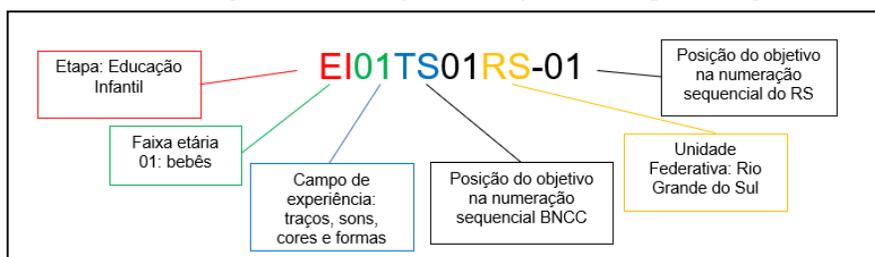
De acordo com o RCG, além de seguir diretrizes curriculares do documento mais abrangente, é necessário voltar-se à regionalidade, às

peculiaridades do viver gaúcho. O RCG é constituído por seis cadernos pedagógicos oriundos da BNCC. O primeiro aponta o compartilhamento dos princípios orientadores do currículo para a Educação Infantil. Os demais são organizados de acordo com as áreas: linguagem, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso. Em se tratando do caderno referente à Educação Infantil, constam indicações acerca da leitura nessa etapa da Educação Básica. Ele lista os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada campo de experiências citado na BNCC, incorporando outros objetivos que resultaram de contribuições locais.

Acompanhando a Base, o Referencial Curricular Gaúcho compõe o currículo também organizado por campos de experiência. O Documento explica que eles emergem do cotidiano da Educação Infantil, a partir do acolhimento inicial, durante a alimentação, higiene e brincadeiras, chegando à despedida.

Com a contribuição de mais de 120 mil educadores das redes públicas e privadas do Rio Grande do Sul, o Referencial Curricular Gaúcho explora questões regionais ou locais e estrutura objetivos a serem atingidos para cada campo de experiência delimitados por faixa etária: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Cada objetivo é identificado por código alfanumérico, acrescido do código do objetivo do território gaúcho, conforme a Figura 1:

Figura 1 - Formação dos objetivos de aprendizagem



Fonte: Autoras (2021), de acordo com o RCG (2018).

Como mencionado anteriormente, o estudo do documento foi desencadeado por meio de leitura exploratória e os resultados foram

organizados em três temas: musicalização, histórias e manipulação de portadores de leitura.

Retomando a BNCC, ressalta-se que o campo de experiência *Escuta, fala, pensamento e imaginação (EF)* defende a importância de possibilitar às crianças situações de oralidade e de escuta, pois tais ações auxiliam o desenvolvimento da imaginação. O RCG, por sua vez, orienta para

[...] utilizar histórias como fonte de pensamento crítico e compreensão do mundo em que vivemos, possibilitando a criança o pensar [...]. A apresentação de histórias, contos, poesias, lendas pertencentes ao repertório local e regional são importantes para o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da oralidade, incentivando o gosto pela leitura e o respeito pela diversidade cultural do território. (RCG, 2018, p. 115-116).

Assim como a BNCC, o Referencial indica o uso de diversas formas de leitura, a fim de que as crianças desenvolvam sua capacidade criativa e compreensiva desde cedo.

Inicia-se a discussão com a tema “musicalização”, o qual diz respeito aos bebês e às crianças bem pequenas terem acesso a momentos com músicas e cantigas. Aqui, prevalecem o ritmo e a sonoridade, pois, além de divertirem, os pequenos desenvolvem atenção e concentração. Para os bebês, o Referencial propõe os seguintes objetivos de aprendizagens:

EI01TS03RS-02: Acompanhar o ritmo de músicas diversas ou apreciar brincadeiras cantadas, participando, imitando e criandogestos, explorando movimentos, fontes sonoras e materiais. (RCG, 2018, p. 112)

EI01EF01RS-01 - Participar de momentos de cantiga, reconhecendo seu nome e dos colegas. (RCG, 2018, p. 118)

EI01EF01RS-02- Participar de situações de escuta de poemas ou músicas imitando o adulto ou seus colegas. (RCG, 2018, p. 119)

EI01EF05RS-01- Repetir acalantos, cantigas de roda, poesias e parlendas, explorando ritmo, sonoridade e a conotação de palavras ao escutar histórias, contos de repetição e poemas. (RCG, 2018, p. 120)

As músicas e as cantigas aproximam-se dos bebês como forma de desenvolvimento motor e como aprendizado. Também contribuem para o desenvolvimento da linguagem, visto que as músicas infantis são ricas em

repetições e apresentação de palavras novas. No que diz respeito às crianças bem pequenas, tem-se os seguintes objetivos:

EI02TS01RS-03 - Apreciar e conhecer músicas, canções, acalantos, cantigas de roda, brincos e outras manifestações relacionadas às diferentes culturas. (RCG, 2018, p. 112)

EI02TS03RS-03 - Apreciar canções e músicas de diferentes culturas, cantando junto e realizando movimentos e gestos comuns. (RCG, 2018, p. 114)

EI02EF02RS-01 - Explorar e criar diferentes sonoridades para contar e recontar histórias, declamações, rimas, parlendas, rodas cantadas, entre outras, ampliando o vocabulário, a imaginação e a criatividade. (RCG, 2018, p. 121).

Tanto para os bebês, como para as crianças bem pequenas, a música e a sonoridade surgem como forma de inserir os sujeitos na linguagem. Pela oralidade, é possível proporcionar-lhes momentos de escuta e instigar o imaginário.

Partindo para o tema “histórias”, estas são relacionadas à contação, seja com livro, com fantoches ou apenas pela oralidade. Orienta que a leitura íntegra as vivências dos pequenos, a fim de lhes proporcionar momentos mágicos. Para os bebês, os objetivos são:

EI01CG03RS-04 - Acompanhar a narrativa ou a leitura de histórias fazendo expressões e gestos para acompanhar a ação de personagens de histórias diversas lidas e/ou contadas pelo adulto. (RCG, 2018, p. 102)

EI01EF03RS-02 - Ampliar o conjunto de palavras conhecidas fazendo uso destas ao apontar ilustrações nos livros ou, ainda, abordar atitudes a serem desenvolvidas, como ter prazer ao escutar histórias lidas, contadas com fantoches, representadas em encenações, escutadas em áudios. (RCG, 2018, p. 119)

EI01EF08RS-01 - Divertir-se com a escuta de poemas, parlendas e canções, histórias, receitas, etc. (RCG, 2018, p. 120)

O documento expõe o valor da escuta pelo bebê, rompendo com o paradigma de que tais estímulos não influenciam no seu desenvolvimento. Expressões faciais e corporais advindas do mediador ao narrar ou cantar geram entendimento aos interlocutores. Porém, além das histórias ou contos, as parlendas, poemas e canções também podem estar presentes, conforme já citado. Momentos de leitura com os bebês podem ser ocorrer com livros físicos ou com outros recursos, como fantoches e painéis.

Para as crianças bem pequenas, há ainda outros objetivos:

EI02EF02RS-02 - Divertir-se com os sons e as rimas ao imitar gestos e entonações dos personagens de história do repertório universal, regional e local. (RCG, 2018, p. 122);

EI02EF03RS-02 – Demonstrar curiosidade e apreciar histórias e contos do folclore regional e local, ampliando o repertório e reconhecendo a diversidade das culturas. (RCG, 2018, p. 122).

Nesses dois objetivos, o RCG sinaliza a cultura regional. Pela sonoridade e escuta de diferentes histórias e contos proporcionadas pelo educador, o pequeno leitor ampliará seu conhecimento acerca da diversidade cultural alicerçada no seu lugar e será presenteado com a diversão.

O Documento contempla objetivos relacionados à exploração da história junto com o mediador, não o tratando como leitor passivo:

EI02EF03RS-01 - Ouvir a leitura de histórias e outros textos, acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a presença dos diferentes índices gráficos que compõem a obra (capa, título, autor, páginas, texto, ilustração, entre outros). (RCG, 2018, p. 122);

EI02EF04RS-02 - Identificar aspectos da estrutura da narrativa, respondendo perguntas como: “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “como?” e “por quê?”. (RCG, 2018, p. 122).

O Referencial sugere estudar os componentes da obra. A partir da interpretação da visualidade da capa, das cores, pode-se dialogar com a criança acerca do que trata a história. Nesse contexto, o sujeito compreenderá que um livro não é composto apenas pelo enredo. Quanto à estrutura da narrativa, é possível oportunizar à criança a organização dos acontecimentos com conversas sobre a história. Da mesma forma, é possível instigá-la, por meio da reflexão, sobre o porquê de tal cena e seus desdobramentos.

A oralidade é outro ponto a ser considerado nas ações com as crianças, protagonistas no momento da leitura, conforme os objetivos que seguem:

EI02EF04RS-01 - Recontar ou dramatizar histórias narradas, apoiada em ilustrações, cenários e adereços, falando sobre características dos personagens e cenários. (RCG, 2018, p. 122);

EI02EF06RS-01 - Contar e recontar histórias oralmente, utilizando recursos de imagens, fantoches, adereços, dramatização. (RCG, 2018, p. 123).

RCG privilegiam a ação da criança sobre a escuta – recontar, dramatizar – como forma de ativar imaginação e criatividade, através de suportes e adereços. Essa atividade permite à criança ir construindo e entendendo a sequência narrativa.

Dois últimos objetivos acerca de histórias privilegiam audição e oralidade:

EI02EF06RS-02 - Ampliar a oralidade e o vocabulário através da exploração de contos, parlendas, rimas, charadas, trava-línguas, poemas, canções que envolvam a cultura regional e local. (RCG, 2018, p. 123);

EI02EF08RS-01 - Ouvir a leitura diária feita pelo professor de textos diversos para ampliar o contato com diferentes gêneros textuais e com o repertório de histórias universais, da cultura regional e local. (RCG, 2018, p. 123).

Novamente, verifica-se a dimensão dos repertórios da cultura local. É sugestiva a junção de histórias e outros gêneros textuais para além de apreciar a cultura, desenvolver a oralidade e a escuta.

O terceiro e último tema refere-se à “manipulação de portadores de leitura”, relacionada a momentos em que os pequenos têm acesso a objetos de leitura, como livros, revistas e outros portadores que possuem escritas e possam ser explorados livremente. Para os bebês, listam-se os seguintes objetivos:

EI01EF04RS-01 - Observar e manusear livros com imagens, apontar fotos e figuras em livros, nomear os personagens ou objetos conhecidos em ilustrações dos livros. (RCG, 2018, p. 119);

EI01EF04RS-02 - Interessar-se por ilustrações e imagens dos livros, buscando atribuir a elas algum significado e expressando-se de diferentes formas ao interagir com a narrativa. (RCG, 2018, p. 119).

A leitura da criança é uma forma de ela interpretar à sua maneira as ilustrações presentes nesses objetos. A leitura silenciosa do pequeno leitor figura como oportunidade e convite para agir individualmente sobre o livro. A leitura

contempla brincar de faz de conta, de modo que a criança imagina a partir do que ouve ou do que vê, ampliando seu repertório de escutas. Nesse sentido, o Referencial traz mais dois objetivos aos bebês:

EI01EF03RS-01 - Conhecer um conjunto de histórias, ampliando o repertório de histórias preferidas, imitando o comportamento do adulto ou de seus colegas ao explorar livros. (RCG, 2018, p. 119);

EI01EF09RS-02 - Explorar, no espaço do faz de conta, embalagens de produtos de supermercado, livros variados: livro brinquedo, livro imagem, livros com textos, CD's e recursos audiovisuais. (RCG, 2019, p. 121).

O Referencial indica que todos os materiais descritos sejam de acesso livre aos estudantes. A partir da manipulação de portadores de leitura, como livros e embalagens, fica subentendido o desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura.

No que diz respeito às crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses, o RCG recomenda:

EI02EF07RS-01 - Manusear diferentes portadores textuais, associados e relevantes ao contexto de brincadeira presente nos espaços da sala referência (revistas, jornais, catálogos, encartes, cardápios, manuais, livros de receitas, agendas, blocos, calendários, entre outros), demonstrando reconhecer seus usos sociais. (RCG, 2018, p. 123).

Não remete apenas a livros literários, mas à exploração de objetos do cotidiano para que a criança reconheça a função social de tal objeto.

Ao explorar o Referencial Curricular Gaúcho, verifica-se que não pontua maneiras de introduzir e proporcionar momentos de leitura, mas expõe objetivos que a criança precisa atingir. Dessa forma, cabe ao educandário e ao profissional planejar currículo e rotina, de modo a favorecer a inserção da criança no mundo da leitura, para que vá além de atingir objetivos do Documento, mas com vistas a favorecer a sua constituição humana. O Referencial, em síntese, retoma a Base e realça a valorização da cultura local e regional.

## LEITURA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Uma escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos que pretende realizar. Essas aspirações reunidas e com indicadores para concretizá-las estão presentes no Projeto Político-Pedagógico, o PPP. A elaboração desse documento está prevista em lei nacional, conforme o artigo 15, da LDB:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, n. p.)

A autonomia apontada permite à escola a manutenção da sua identidade, de modo que a construção de projeto político-pedagógico exige reflexão sobre seu significado e relevância na comunidade. O inciso I, do artigo 12, da LDB, expõe esta responsabilidade: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, n. p.).

O PPP tem a incumbência de organizar o trabalho pedagógico da escola. É resultado de construção coletiva, atribuindo à escola a criação da sua identidade e a conquista da autonomia. Sendo de caráter político, o PPP busca direção, pois está embasado na percepção do processo educacional pelos envolvidos e nos princípios que norteiam essas proposições. Seu caráter pedagógico diz respeito às ações educacionais fundamentais, a fim de que a escola exerça seus propósitos. A conexão entre o político e o pedagógico é indissociável, considerando que se interligam pelo processo contínuo de reflexão e de discussões.

Seguindo a legislação educacional, os professores participam do processo de elaboração e de execução do documento que contém a identidade da escola. De acordo com os incisos I e II, do artigo 13, da LDB:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:  
I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;  
II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1996, n. p.).

Para assegurar a gestão democrática, a construção do PPP caracteriza-se pela elaboração coletiva, e não por agrupamento de projetos individuais – tampouco é apenas um plano para ser mostrado às autoridades superiores. Também abrange o planejamento do que a comunidade almeja realizar. Em outras palavras, o documento prediz futuro diferente do presente, com o propósito de melhorar o que já está sendo feito. Nas palavras de Veiga, o PPP

[...] vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 1995, p. 13).

Como documento que diz respeito à identidade da escola, o PPP da Escola Municipal de Educação Infantil é

[...] norteador do seu funcionamento e contemplando todos os aspectos que fazem parte do cotidiano, como os processos de ensino - aprendizagem, a gestão pedagógica, administrativa, de clima e patrimônio. O Projeto Político-Pedagógico foi construído pela comunidade escolar, através de reuniões. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA, 2020, n. p.).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno institui e orienta a implantação da BNCC nos municípios, a qual precisa ser respeitada ao longo das etapas da Educação Básica. Em seu artigo 5, expõe:

A BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construírem ou revisarem os seus currículos.

§1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e consequentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade.

§2º A implementação da BNCC deve superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada. (BRASIL, 2017, p. 5).

Já o artigo 6, da mesma Resolução, atém-se ao currículo e à proposta pedagógica, em consonância com a BNCC:

Art. 6º As propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB. Parágrafo Único. As propostas pedagógicas e os currículos devem considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral. (BRASIL, 2017, p. 5-6).

Seguindo a normativa, o PPP precisa contemplar os direitos de aprendizagem que a BNCC privilegia, objetivando o desenvolvimento integral da criança.

O projeto da Escola Municipal de Educação Infantil (E.M.E.I.), intitulado *Na corrente do bem 2020*, destaca: “Neste projeto busca-se trabalhar com as crianças que boas ações como um sorriso, um abraço, uma atitude justa, amizade, gentileza e sinceridade podem estar presentes em nosso dia a dia.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA, 2020, n. p.). O seu desenvolvimento é baseado em atividades dirigidas, jogos, brincadeiras, interações e ações pedagógicas “(...) voltadas à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças, de acordo com sua faixa etária, priorizando a criança e suas individualidades”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA, 2020, n. p.).

Ao longo das suas 107 páginas, percebe-se carência no que diz respeito à leitura para bebês e crianças bem pequenas, visto que o acesso a histórias e músicas, segundo o documento, é sugerido apenas no mês de adaptação das crianças. Ele indica: “(...) assim, no mês de fevereiro, realizamos adaptação das crianças com músicas, histórias, rodas de conversa, rodas cantadas, introduzimos a rotina escolar e regras de convivência”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA, 2020, n. p.).

Embora seja recomendado que o PPP esteja vinculado aos objetivos de aprendizagem trazidos pela BNCC, há uma lacuna. A Base indica objetivos relacionados a leituras, porém, no documento da E.M.E.I. não há menção a esse direito das crianças.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que vivências de leitura são propiciadas a bebês e a crianças bem pequenas? A Base aponta elementos mínimos necessários para as práticas de leitura, mas é necessário ir além, proporcionando assiduidade nas cenas de leitura, seja do livro impresso, seja de livros vivos (RAMOS, 2010), na primeiríssima infância, de modo a contribuir para a constituição do humano. Bons livros e boas leituras são portas de entrada para o universo simbólico da literatura e toda a diversidade e riqueza que ela veicula. A presença do livro literário e sua exploração permitiria aos pequenos desfrutar da literatura e, conseqüentemente, de toda sua potencialidade.

Assim, nas indicações legais como da Base e do RCG, como já tratado neste estudo, são recomendadas variadas formas de leitura para que sujeitos que ainda não leem convencionalmente estejam presentes desde os primeiros meses de vida no universo da linguagem simbólica. Essa ação seria uma forma de acolhimento, de compreensão de si, de criação de vínculos e que contribui para o desenvolvimento da criança.

Em consonância com os documentos federal e estadual, nota-se que a leitura integra um dos campos de experiência e é percebida no contato com diferentes gêneros e na manipulação de distintos suportes. Ela ainda é propulsora de diálogo e conversa entre os mediadores e seus pares. Cabe olhar como as escolas de Educação Infantil tratam a leitura nos seus documentos locais.

Nessa exploração documental, evidenciou-se, por exemplo, que a Base compreende o educador como mediador de leitura. Ademais, as fontes de leitura não advêm apenas da literatura, mas dependem de outros produtos, como embalagens, rótulos, revistas, entre outros. Em se tratando do Referencial Curricular Gaúcho, pelo fato de ser elaborado de acordo com a BNCC, traz as mesmas evidências, com o diferencial de focar a cultura regional. Contudo o



PPP silencia quanto à leitura na vida das crianças, pois indica a presença de músicas e histórias em fevereiro, apenas no período de adaptação.

A ação de ler contempla a manipulação do livro, tanto na maneira de segurá-lo, quanto ao virar páginas. Gestos e vozes advindos dos mediadores mobilizam o ouvinte, favorecendo a compreensão da história, da poesia e mais, a familiaridade com a literatura, uma forma de representar ações humanas.

Pela importância da arte na formação humana e pelos dados oriundos dos documentos, o lugar da leitura e da literatura carece ser revisto nos projetos das escolas de Educação Infantil, uma vez que o acesso à literatura é um direito humano, já apregoado por Antônio Cândido (2004) e por diversos estudiosos da área. Retomando o que foi posto na abertura deste artigo, se a leitura envolve atitudes, gestos e habilidades, cabe a escola de Educação Infantil, trazer e privilegiá-la nas suas rotinas.

## REFERÊNCIAS

BAJARD, Elie. **Ler e dizer: compreensão e comunicação do texto escrito**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2018]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.



Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf) Acesso em: 14 jun. 2020.

CANDIDO, Antonio. Direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Ouro sobre azul, 2004.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo, Cortez, 2005. (Coleção Questões da nossa época).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA. Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz. Projeto Político-Pedagógico (PPP), 2020.

RAMOS, Ana Margarida; SILVA, Sara Reis da. Leitura do berço ao recreio. Estratégias de promoção da leitura com bebês. In: VIANA, Fernanda Leopoldina; RIBEIRO, Iolanda e BAPTISTA, Adriana (Coord.). **Ler para Ser**. Os caminhos antes, durante e ...depois de aprender a ler. Coimbra, PT: Almedina, 2014. p. 149-171.

RAMOS, Flávia Brocchetto. **Literatura infantil**: de ponto a ponto. Curitiba: CRV, 201º.

SOUZA, Renata Junqueira de; GIROTTO, Cyntia Graziella. Era uma vez... uma caixa de histórias: Prosa no acervo do PNBE 2014. In: BRASIL. **PNBE na escola**: literatura fora da caixa – Guia 1 Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2014, p. 31- 44. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15609-guia-ei-leituraforadacaixa-pdf&category\\_slug=maio-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15609-guia-ei-leituraforadacaixa-pdf&category_slug=maio-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 jun. 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

*Recebido em 13 de fevereiro de 2022.*

*Aprovado em 16 de março de 2022.*